

## **PARECER JURÍDICO**

Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2022

Autor(a): Vereador Paulo Cesar Moraes de Oliveira

Assunto: Concede o Título de Cidadão Cordeiropolense ao Senhor Miguel Lombardi, conforme especifica.

### **1. RELATÓRIO**

---

Trata-se de projeto de decreto legislativo, de autoria do Nobre Vereador Paulo Cesar Moraes de Oliveira, que pretende homenagear o Sr. Miguel Lombardi, com o título de cidadão Cordeiropolense.

A homenagem será realizada em sessão solene oportunamente designada.

Juntou-se aos autos, memorial do(a) homenageado(a).

É o breve intróito.

Passo a opinar.

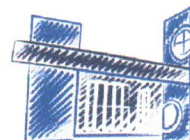
### **2. ANÁLISE JURÍDICA**

---

#### **2.1. Exame de Admissibilidade**

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

2



Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;  
(grifo nosso)

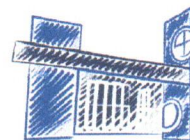
Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.

## **2.2. Da iniciativa legislativa**

O projeto versa sobre homenagem à personalidade, nascido no ano de 1964, com formação em Administração Pública e hoje exerce o mandato de Deputado Federal.





Trata-se de título de cidadão Cordeiopolense, onde a iniciativa é concorrente, logo o vereador poderá propor a homenagem.

### **2.3. Da constitucionalidade e legalidade**

De modo objetivo, o proponente apresentou o *curriculum vitae* do homenageado, destacando, entre outras, que o homenageado presta serviço de grande relevância ao município de Cordeirópolis.

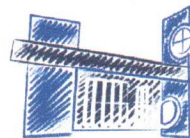
Feito isso, cabe então analisar o aspecto formal e subjetivo da propositura, e, nesse particular, tem-se que o artigo 216, § único, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis dispõe que:

Art. 216) Projeto de Decreto Legislativo é a proposição de competência privativa da Câmara, que excede os limites da economia interna da Câmara, mas não sujeita à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara.

§ 1º - Constitui matéria de projeto de Decreto Legislativo:

III) concessão de título de cidadão cordeiopolense ou conferir homenagem a pessoas ou instituições que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município ou nele tenha se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante votação nominal com aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;  
(...)

Apenas cumpre consignar, que o referido projeto de decreto legislativo merece reparo quanto à sua formalidade, eis que o proponente não cuidou de mencionar a *dotação orçamentária* para as despesas decorrentes com o referido projeto de decreto legislativo.




No mais, a via adequada é mesmo o projeto de decreto legislativo, bem como a proposição se mostra legal e constitucional.

### 3. CONCLUSÃO

---

Nesse sentido, feitas as considerações, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de decreto legislativo nº 03/2022, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental à comissão permanente de Justiça e Redação, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 18 de maio de 2022.

  
Gleicy Kelli Zaniboni Marques da Silva  
Diretora Jurídica